

## Diplomados do ensino superior e posicionamentos avaliativos<sup>1</sup>

Luísa Pinheiro<sup>2</sup>

Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e  
Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto

**Resumo** | A situação no mercado de trabalho dos diplomados do ensino superior é, atualmente, um tema em debate público e académico. As crescentes dificuldades que trespasam a transição do sistema de ensino para o económico têm contribuído para a visibilidade dessa temática. Neste artigo, e tomando por base os diplomados de uma instituição do ensino politécnico português, centramo-nos em alguns aspetos que enformam a sua transição para o mercado de trabalho, bem como a avaliação que fazem das condições de ensino e do curso concluído, da satisfação no emprego atual e das suas expectativas profissionais.

Palavras-chave: diplomados do ensino superior; inserção profissional; mercado de trabalho.

**Abstract** | *Higher education graduates and evaluative positions*

The situation in the labor market of higher degree holders is, presently, a matter of public and academic debate. The growing difficulties that cover the transition from the education system to the economic one have contributed to increase the visibility of this matter. In this article, and using the degree holders of a Portuguese polytechnic educational institution as a base, we focus on a few aspects that show their transition to the labor market, as well as their assessment of the education conditions and the completed degree, their satisfaction in the current job and professional expectations.

Keywords: higher education graduates; transition to work; labor market.

---

<sup>1</sup> O presente artigo retoma alguns dos aspetos que a autora explicita na sua tese de doutoramento – *Diplomados do Instituto Politécnico de Viana do Castelo e mercado de trabalho* – desenvolvida no âmbito do Programa Doutoral em Ciências da Educação da Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto.

<sup>2</sup> Docente da Escola Superior de Ciências Empresariais do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (ESCE-IPVC) (Viana do Castelo, Portugal). Investigadora do Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (ISFLUP) (Porto, Portugal). Endereço de correspondência: Escola Superior de Ciências Empresariais, Avenida Miguel Dantas, 4930-678 Valença, Portugal. *E-mail*: luisapinheiro@esce-ipc.pt

**Resumé** | *Les diplômés de l’enseignement supérieur et positions d’évaluation*

La situation sur le marché du travail des diplômés de l’enseignement supérieur est, actuellement, un sujet de débat public et académique. Les difficultés croissantes qui percent la transition entre le système d’enseignement et le système économique ont contribué à la visibilité de cette question. Dans cet article, et basé sur les diplômés d’un établissement polytechnique portugais, nous nous concentrons sur certains aspects qui façonnent leur transition vers le marché du travail, ainsi que leur évaluation des conditions d’enseignement et de leur cours, de leur satisfaction au travail et de leurs perspectives professionnelles.

Mots-clés: diplômés de l’enseignement supérieur; insertion professionnelle; marché du travail.

**Resumen** | *Graduados de la enseñanza superior y posiciones de evaluación*

La situación en el mercado laboral para los graduados de la enseñanza superior es, actualmente, un tema de debate público y académico. Las dificultades iniciales que atraviesan la transición del sistema educativo hacia el económico han contribuido para la visibilidad de este problema. En este artículo, y basándonos en los graduados de una institución de enseñanza politécnica portuguesa, nos centramos en algunos aspectos que dan forma a su transición al mercado de trabajo, así como la evaluación de las condiciones de la enseñanza y de lo curso, de la satisfacción en el trabajo y sus expectativas profesionales actuales.

Palabras clave: graduados de la enseñanza superior; transición profesional; mercado de trabajo.

## **Introdução**

Atualmente, verifica-se uma evidente atenção pela questão da situação no mercado de trabalho dos diplomados do ensino superior. Somos quotidianamente confrontados, nos meios de comunicação, com notícias sobre o emprego dos diplomados, ora expressando as suas dificuldades no mercado de trabalho, ora dando conta de casos de “sucesso”, mas meramente num registo individual. Discussões que têm por pano de fundo, por vezes, o papel da educação nas sociedades ocidentais e, num quadro mais vasto, o do Estado Providência<sup>3</sup>; veicula-se, recorrentemente, uma visão utilitarista e economicista da educação. Igualmente, o tema é objeto de interesse, quer por parte de organizações políticas internacionais, o caso da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e da União Europeia, quer por investigadores da área das ciências sociais. Estão, nestes casos, vários projetos

---

<sup>3</sup> Discussão que nos remete para a avaliação, na Europa do Estado Providência, quanto às suas áreas de abrangência, agentes sociais intervenientes e financiamento, entre outros aspetos.

de investigação de cariz internacional: o *Comparative Analysis of Transitions from Education to Work in Europe* (CATEWE), realizado entre 1997 e 2000; o *Tuning Educational Structures in Europe* (Projeto Tuning), iniciado em 2000; o *Carrers After Graduation – An Europe Research Study* (CHEERS), de 1997 a 2006; o *Flexible Professional in the Knowledge Society* (REFLEX), desde 2004; o *Higher Education as a Generator of Strategic Competences* (HEGESCO), desde 2007; o *The Flexible Professional in the Knowledge Society New Demands on Higher Education in Europe* (PROFLEX), desde 2007<sup>4</sup>; os relatórios sobre a situação da educação na Europa da responsabilidade da rede Eurydice (Eurydice, 2012, por exemplo). Por outro lado, no espaço da investigação científica desenvolvida, em instituições de ensino superior, as contribuições de Teichler e da sua equipa têm sido seminiais, nomeadamente por via do projeto CHEERS, que foi continuado pelo projeto REFLEX. Com uma importante ressonância em Portugal, estão as abordagens de Vernières (1997), Vincens (1997; 1998), Rose (1984; 1998) e Sainsaulieu (1988; 2003).

Em particular no campo da Sociologia, em Portugal, o tema da inserção profissional e as posições dos diplomados do ensino superior fazem também parte da agenda da investigação. Sem preocupações de exaustividade elencamos alguns dos trabalhos: Arroitea e Martins (1998); Escária (2008); Baptista (2006); Romão (2004); Marques (2006); Gonçalves (2007); Alves (2007); Alves (2008); Gonçalves, coord. (2009); Saúde (2008); Chaves (2010); Almeida (2007; 2010); Sousa (2010)<sup>5</sup>. Por outro lado, as instituições de ensino superior têm desenvolvido diversos estudos, sobretudo de natureza sociográfica, sobre o tema<sup>6</sup>. Por exemplo, o Observatório dos Percursos dos Estudantes da Universidade de Lisboa, o Observatório do Emprego da Universidade do Porto, o Observatório da Inserção Profissional dos Diplomados da Universidade Nova de Lisboa, o Observatório da Empregabilidade do Instituto Superior Técnico e o ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.

---

<sup>4</sup> Consulte-se o texto de Marques (2010) sobre uma apresentação de alguns destes projetos de investigação.

<sup>5</sup> Outros estudos têm sido apresentados, os quais resultam do tratamento de dados publicados pelas instâncias oficiais, como é o caso de Pacheco *et al.* (2012) sobre os diplomados desempregados da Universidade do Minho, utilizando, para o efeito, os dados publicados pelo Ministério da Ciência e Ensino Superior, por sua vez, produzidos pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP).

<sup>6</sup> Registe-se que uma parte desta atividade de recolha e análise de dados sobre o emprego dos diplomados cumpre disposições legais que estipulam a disponibilização de dados, pelas instituições de ensino superior, sobre a situação profissional dos seus diplomados. Em finais dos anos 1990, várias organizações estatais nacionais criaram o Sistema de Observação dos Percursos dos Diplomados do Ensino Superior (ODES), que realizou o primeiro estudo, e único até ao momento, sobre os percursos escolares e socioprofissionais dos diplomados do ensino superior no ano letivo de 1994-1995 (ODES, 2001). Por outro lado, desde 2007, que é publicado semestralmente, primeiro pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e atualmente pelo Ministério da Educação, uma caracterização dos diplomados desempregados registados nos centros de emprego do IEFP. Dados que são contestados pela comunidade científica, quanto à sua representatividade e utilização, de cariz político, como elemento avaliativo da situação de emprego dos diplomados do ensino superior.

O debate sobre o emprego dos diplomados entrecruza-se, numa malha densa, com pelo menos duas questões axiais. Uma primeira consubstanciada nas relações entre o sistema de ensino e o sistema económico. Não obstante a diversidade de questionamentos e de reflexões, umas mais de cariz político e outras decorrentes das abordagens ancoradas em disciplinas das ciências sociais, como a sociologia, a economia e as ciências da educação, emergem duas principais posturas sobre aquelas relações: uma que podemos designar de funcionalista, adequacionista ou utilitarista e outra de natureza mais liberal. A primeira, como o nome indica, pugna por uma proposta que conforma especificamente os objetivos do sistema de ensino ao sistema económico, principalmente às dinâmicas do tecido empresarial e às necessidades, em termos de volume e de qualidade da mão-obra, correspondentes a um determinado padrão de evolução económica (Bills, 2004; Alves, 2007; Gonçalves, 2009). Deste modo, a questão principal coloca-se em termos de correspondência entre educação e emprego. Numa posição diametralmente oposta, encontramos aqueles que defendem a autonomia do sistema educativo face ao sistema económico e o seu papel importante na transmissão e produção de conhecimento e na construção da cidadania.

Encontramos a outra questão axial nas transformações no ensino superior ocorridas nos últimos vinte anos na Europa e, particularmente, em Portugal. Objetivos, organização interna e formas de governo; relações com o tecido económico, o mercado de trabalho e o poder político; volume da procura e diferenciação social e económica dos estudantes; oferta e diversificação de cursos e de modelos de ensino-aprendizagem; adoção de critérios de gestão de carater empresarial; acréscimo da internacionalização da educação e da investigação são apontadas, em alguma bibliografia, como as principais transformações<sup>7</sup>. Acresce-se, o fato de, atualmente, o ensino superior estar permeado por um discurso managerial, que atribui uma notória importância ao emprego dos diplomados<sup>8</sup> (Magalhães, 2004).

O presente artigo debruça-se, precisamente, sobre o emprego dos diplomados que concluíram a sua formação, entre os anos letivos de 2004/05 a 2006/07, no Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC). Período imediatamente anterior à aplicação da reorganização do ensino superior, que é conhecida como Processo de Bolonha. Em termos metodológicos, optámos pela aplicação *online* de um inquérito por questionário<sup>9</sup>, no final

---

<sup>7</sup> Veja-se: Teichler (2001 e 2009); Rose (1998); Magalhães (2004); Gonçalves, coord. (2009).

<sup>8</sup> Que vulgarmente se designa por taxa de empregabilidade.

<sup>9</sup> A aplicação dos inquéritos *online* é cada vez mais frequente. Não obstante as suas vantagens face a outro tipo de inquéritos, estes inquéritos são objeto de questionamentos, sobretudo no campo das ciências sociais, designadamente em termos metodológicos: reduzida preocupação de exaustividade na viabilidade e fiabilidade dos dados recolhidos; condições físicas de apresentação e do desenho gráfico do inquérito, que, por vezes, podem condicionar as respostas; segurança dos dados recolhidos; normas éticas aplicadas; aplicação centrada nos inquiridos com acesso a computadores e à internet, entre outros (Couper e Miller, 2008).

do ano de 2011, à totalidade dos diplomados (1.484 indivíduos) que integravam os vinte e nove cursos e as cinco escolas do IPVC. Obtiveram-se 610 respostas válidas, que constituem a amostra intencional (o que corresponde a uma taxa de resposta de 41,1%)<sup>10</sup>.

Ao longo das próximas páginas iremos centrar-nos em determinadas questões: nas situações no mercado de trabalho dos diplomados no momento de aplicação do inquérito por questionário<sup>11</sup>; na avaliação que fazem das dificuldades do curso que frequentaram, do trabalho pessoal realizado, das condições de ensino, para além da satisfação face ao emprego atual e às suas expectativas profissionais.

## **1. Emprego atual**

Nos últimos meses de 2011, uma parcela importante dos diplomados do IPVC estava empregada. O desemprego abrangia 13,1%. Face ao total dos inquiridos predominava, como seria exetável, a procura de um novo emprego regular (9,8%) e a proporção dos que ainda não tinha acedido ao primeiro emprego, isto é, que vivenciavam uma situação de desemprego de inserção, era reduzida (3,3%). A discriminação de género salientava-se (78,8% do total dos desempregados eram mulheres), padrão que, igualmente, se deteta em outros estudos (Gonçalves, 2010; Casaca, 2010). Se atendermos à situação no mercado de trabalho na altura, os respetivos valores alinham-se com os acima apontados. A taxa de desemprego em Portugal era de 14,0% e na Região Norte de 12,6%. Por sua vez, para o país a taxa de emprego era de 52,4% e na Região Norte de 53,5%. Para a globalidade daquele ano a taxa de desemprego dos indivíduos com um curso superior era de 9,4% (inferior aos que possuíam, no máximo, o ensino secundário ou o ensino básico, respetivamente 15,4% e 14,5%). Dados que indiciam que um nível de escolaridade elevado protege mais do desemprego.

---

<sup>10</sup> Uma taxa de resposta consistente que pode traduzir o interesse dos diplomados pelo estudo. Como é por demais sabido, e apontado em estudos congéneres, a aplicação destes inquéritos enfrentam dificuldades que afetam, necessariamente, o volume de inquiridos como: a desatualização dos endereços físicos e eletrónicos dos diplomados; o desinteresse por parte dos diplomados; a apresentação e extensão do guião do inquérito.

<sup>11</sup> Passaremos a utilizar a expressão emprego atual.

**Quadro 1 – Situação ocupacional atual por área de educação (%)**

	FPCE	AR	CE	INF	ENG	IT	AC	ASP	SA	SP	PA	Total
Empregado	77,0	74,5	91,7	88,2	88,2	96,6	88,5	86,7	98,9	88,2	85,7	86,1
Desempregado	22,9	23,4	5,0	11,8	5,9	3,4	11,5	11,1	1,1	11,7	14,2	13,1
Formação e estágio profissionais	0,0	0,0	1,7	0,0	5,9	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2
Outras situações	0,0	2,1	1,7	0,0	0,0	0,0	0,0	2,2	0,0	0,0	0,0	0,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	(174)	(47)	(60)	(17)	(17)	(29)	(52)	(45)	(90)	(51)	(28)	(610)

Subsistem diferenças entre as áreas de educação<sup>12</sup>. O peso dos empregados é mais expressivo em SA e IT; por contraste, é em AR e FPCE que estão as maiores percentagens de desempregados (17,0% dos licenciados em AR estão à procura do primeiro emprego regular; 21,8% em FPCE estão à procura de novo emprego).

O Quadro seguinte regista algumas das principais variáveis caracterizadores do emprego atual. Predomina o grupo das profissões Especialistas das Profissões Científicas e Técnicas (com um peso importante de professores, engenheiros e enfermeiros). Os Administrativos e Comerciais ficam pelos 18,6%. Tendo isto em conta e as áreas de educação, conclui-se que a maioria das áreas abrange mais de 75,0% dos licenciados no grupo profissional mais qualificado. Excetuam-se INF, CE e SP com menos de metade dos diplomados nesse grupo – o que poderá denunciar, embora com a devida prudência que os dados impõem, a existência de uma maior sobrequalificação académica nestas áreas, como veremos mais à frente. Por contraposição, mais de 50,0% dos diplomados naquelas três áreas situam-se no conjunto dos designados Administrativos e Comerciais. Note-se que, no caso de INF, o termo ‘empregado de escritório’ pode incluir um conjunto diversificado de tarefas; o mesmo podemos afirmar para CE. Cerca de metade dos inquiridos encontram-se numa situação de precariedade laboral<sup>13</sup>; 44,2% detêm uma posição mais estável no mercado de trabalho – a esmagadora maioria no setor privado (74,2%). Existe heterogeneidade entre as áreas de educação. Assim, é entre os diplomados em FPCE que encontramos a maior proporção de indivíduos em precariedade laboral, o que traduz a

<sup>12</sup> Ao longo do texto, uma parte dos dados será discriminada por áreas de educação. Em termos de economia de texto serão usadas unicamente siglas: FPCE (Formação de professores/formadores e Ciências da educação); AR (Artes); CE (Ciências empresariais); INF (Informática); ENG (Engenharia e técnicas afins); IT (Indústrias transformadoras); AC (Arquitetura e construção); ASP (Agricultura, silvicultura e pescas); SA (Saúde); SP (Serviços pessoais); PA (Proteção do ambiente).

<sup>13</sup> Abrange o contrato a termo certo e o contrato de prestação de serviços/ recibos verdes.

condição socioprofissional da profissão de professor entre nós e a forma como o sistema de ensino se encontra organizado. Segue-se ENG e PA. Em contrapartida, CE, INF e IT exibem um peso mais elevado de indivíduos com contrato sem termo.

**Quadro 2 – Dados sobre o emprego atual**

	FPCE	AR	CE	INF	ENG	IT	AC	ASP	SA	SP	PA	Total
<b>Grupos de profissões</b> <sup>14</sup>												
Especialistas das Profissões Científicas e Técnicas	90,6	77,2	44,7	37,6	86,6	92,6	94,0	78,0	98,9	48,9	84,0	80,6
Administrativos e Comerciais	6,3	22,9	55,4	62,5	13,3	7,4	6,0	19,5	1,1	53,0	16,0	18,6
Operário	3,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	2,4	0,0	0,0	0,0	1,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	(160)	(35)	(56)	(16)	(15)	(27)	(50)	(41)	(90)	(49)	(25)	(564)
<b>Tipo de contrato de trabalho</b>												
Não precário	15,6	57,1	70,4	68,8	37,5	64,3	56,9	51,3	51,7	59,2	26,9	44,2
Precário	78,2	37,2	27,8	25,1	62,6	32,1	41,2	38,5	48,3	34,6	57,7	51,0
Outra situação	6,3	5,7	1,9	6,3	0,0	3,6	2,0	10,2	0,0	6,1	15,4	4,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	(163)	(36)	(55)	(17)	(16)	(29)	(50)	(41)	(90)	(49)	(26)	(572)
<b>Salário médio mensal (em euros)</b>												
Igual ou inferior a 400	9,3	8,3	1,8	0,0	6,3	0,0	0,0	2,5	0,0	0,0	7,7	4,1
De 401 a 700	34,6	25,0	29,1	37,5	12,5	18,5	20,0	30,0	5,6	48,9	23,1	26,6
De 701 a 1000	25,3	50,0	47,3	25,0	43,8	51,9	34,0	27,5	34,8	31,9	42,3	34,6
De 1001 a 1300	24,7	11,1	14,5	31,3	31,3	11,1	32,0	27,5	48,3	6,4	7,7	24,8
Igual ou superior a 1301	6,2	5,6	7,2	6,3	6,3	18,5	14,0	12,5	11,2	12,8	19,2	10,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	(162)	(36)	(55)	(16)	(16)	(27)	(50)	(40)	(89)	(47)	(26)	(564)
<b>Setores de atividade</b>												
Primário	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	10,7	0,0	47,5	0,0	0,0	12,0	4,4
Secundário	0,6	17,1	10,9	6,3	18,8	39,3	0,0	5,0	0,0	0,0	8,0	5,7
Terciário	99,3	82,9	89,1	93,9	81,3	50,1	99,9	47,5	100	99,8	80,0	89,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	(163)	(35)	(55)	(16)	(16)	(28)	(49)	(40)	(90)	(49)	(25)	(566)

<sup>14</sup> No primeiro grupo profissional, o dos Especialistas das Profissões Científicas e Técnicas incluímos as profissões de: Diretor e Gerente; Engenheiro; *Designer*; Enfermeiro; Professor; Educador de

No que concerne ao rendimento líquido auferido, temos como valor modal os 701 a 1000 euros (34,6%). Porém, cerca de 30,7% dos diplomados ganham um salário inferior a 701 euros. Note-se que apenas 34,8% ganham um salário superior a 1000 euros. De entre as áreas de educação mais bem pagas sobressai SA. Por oposição, AR, CE, IT, SP e PA são aquelas em que os diplomados recebem salários mais baixos. O Terciário é fortemente dominante (onde, por sua vez, prepondera a Educação, a Saúde e ação social e Administração pública). No Secundário a importância vai para as Indústrias Transformadoras. Com exceção de IT, que apresenta um valor elevado deste último setor, nas restantes áreas de educação o Terciário é plenamente dominante. Na empresa privada trabalha cerca de metade dos licenciados (50,4%), não sendo por isso de estranhar a importância das organizações com menos de 101 trabalhadores (64,1%). Os tipos de organização que, direta ou indiretamente, se inscrevem na área do Estado (empresas públicas, Administração pública e institutos públicos) agregam 38,8% dos inquiridos. Na Administração pública (que abarca quase 30,0% dos diplomados) os valores mais elevados estão em FPCE – como já tivemos oportunidade de referir, aqui estamos perante um segmento de mercado de trabalho específico, o dos Professores e parte dos Enfermeiros. Com exceção destas duas áreas de educação, a empresa privada salienta-se face às restantes áreas de educação.

Para esta breve caracterização do emprego atual, um último aspeto importa igualmente abordar: as relações que se estabelecem entre a formação académica e o emprego. Optou-se por questionar os inquiridos sobre a possibilidade das funções profissionais no emprego atual (ou último) poderem ser desempenhadas por outros indivíduos, de acordo com o seu nível de escolaridade<sup>15</sup>. 68,2% dos inquiridos referem que as suas funções só podem ser desempenhadas por alguém unicamente com um curso na mesma área científica da sua. Para estes existe adequação entre formação e emprego. É observável tal situação sobretudo na área de SA, o que seria de esperar atendendo a que estamos perante uma

---

infância; Contabilista; Analista e programador; Técnico de turismo; Técnico de qualidade; Projetista. O segundo grupo, o dos Administrativos e Comerciais, abrange: Empregado de escritório; Empregado de agência de viagens; Rececionista; Vendedor. O terceiro, o dos Operários, abarca os Operários.

<sup>15</sup> Adotamos para o efeito o método subjetivo indireto. Outros métodos podem ser utilizados para medir e avaliar a relação entre o nível de formação académica dos trabalhadores e o nível ótimo para realizar o seu trabalho (Groot e van der Brink, 2000): os métodos objetivos e os métodos subjetivos diretos. Os primeiros partem da análise dos postos de trabalho (pelo investigador, por um organismo oficial ou por um grupo de especialistas); os segundos desenvolvem-se a partir da informação facultada pelos trabalhadores, por exemplo, solicitando diretamente ao trabalhador que se auto classifique num dos três possíveis grupos – infra qualificado, sobre qualificado ou adequadamente qualificado –, tendo em conta a relação entre a sua formação académica (grau académico e conteúdos formativos) e o emprego que exerce. No nosso estudo em concreto perguntamos aos diplomados se o seu trabalho podia ser realizado por outro indivíduo (ver opções de resposta no Quadro 3), a partir das respostas obtidas avaliamos a situação dos inquiridos.

profissão institucionalizada, alicerçada no fechamento social e de acesso condicionado. O mesmo podemos afirmar para a área de AC (é composta somente pelo curso de Engenharia Civil e do Ambiente que é objeto de regulação profissional).

**Quadro 3 – Possibilidade das funções profissionais no emprego atual (ou último) poderem ser desempenhadas por outros indivíduos, por área de educação (%)**

	FPCE	AR	CE	INF	ENG	IT	AC	ASP	SA	SP	PA	Total
Unicamente com um curso na mesma área de educação do inquirido	78,0	48,6	49,1	12,5	68,8	64,3	86,3	65,9	98,9	32,7	40,0	68,2
Com uma licenciatura de outra área de educação	8,9	21,6	25,5	37,5	18,8	10,7	7,8	22,0	0,0	24,5	32,0	14,3
Com um título académico inferior ao do inquirido	11,3	27,0	23,6	50,0	12,5	21,4	5,9	12,2	0,0	40,8	16,0	15,7
Com um título académico superior ao do inquirido	1,8	2,7	1,8	0,0	0,0	3,6	0,0	0,0	1,1	2,0	12,0	1,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	(168)	(37)	(55)	(16)	(16)	(28)	(51)	(41)	(89)	(49)	(25)	(575)

Outros inquiridos consideram a possibilidade de indivíduos com formações académicas diversas e distintas das suas, mas com o grau de licenciado, poderem desempenhar as suas funções (14,3%). Várias linhas explicativas podem ser avançadas para dar conta desta situação: resultar da penúria de empregos na área de educação daqueles diplomados, o que os leva a aceitar outros empregos, que consideram, contudo, ainda serem compagináveis com o seu título académico e conteúdo de formação; afigurar-se como uma prática de intermutabilidade entre diferentes cursos para a concretização das tarefas inscritas no emprego (Gonçalves, coord., 2009). Isto pode ser explicado, entre outros fatores, pela existência de um contexto socioeconómico de intensas transformações no mundo do trabalho, com a emergência e desenvolvimento de novas atividades laborais, já não confinadas aos perfis mais tradicionais, maioritariamente no setor dos serviços, que exigem um naipe de conhecimentos e competências transversais às diversas formações académicas. Necessariamente a especificidade e a qualidade daquelas acaba por qualificar ou não o emprego ocupado pelo diplomado.

Por último, 15,7% dos inquiridos aceitam que o seu trabalho pode ser realizado por alguém com um título académico inferior ao seu. Neste caso, consideramos que estamos perante uma situação de sobrequalificação académica. Consideramo-la como uma situação no mercado de trabalho em que os agentes detêm um grau de escolaridade superior ao que é exigido para a concretização das múltiplas tarefas que integram o emprego que ocupam<sup>16</sup>. A sobrequalificação ganha peso relativo nas áreas (AR, CE e SP) onde estão mais concentradas as profissões que exigem menores habilitações académicas, tais como: Rececionistas, Vendedores, Operários e Técnicos de turismo.

Como se processou a passagem dos diplomados para o primeiro emprego? Em primeiro lugar, a maioria (70,4%) constata a existência de dificuldades, o que tem todo o sentido num contexto socioeconómico de crise como o que vivenciamos em Portugal no presente. A diminuta oferta de empregos na sua área geográfica de interesse, o excesso de licenciados com o seu curso, a ausência de experiência profissional e o fraco apoio do IPVC e do Centro de Emprego do IEFP são as principais razões apontadas pelos inquiridos e que estão em linha com outros estudos (Gonçalves e Menezes, 2011; Gonçalves, Menezes e Martins, 2010). A última razão é demonstrativa da necessidade de uma maior intervenção do Estado, por via das suas instituições, assumindo a qualidade de intermediários de emprego (Rose, 1998), na definição e aplicação de políticas ativas de emprego direcionadas para o emprego da mão de obra mais qualificada academicamente<sup>17</sup>. As duas primeiras razões estão intrinsecamente relacionadas com as relações entre ensino e mercado de trabalho. Não obstante considerar-se que é o último que determina essa relação, na medida em que é o espaço social de criação/destruição por excelência de empregos, a oferta (excessiva) de cursos e diplomados pelo sistema de ensino face ao volume, conjuntural ou estrutural, de empregos disponibilizados concorre, igualmente, para as dificuldades assinaladas pelos inquiridos.

Observa-se que, ao fim de três meses após a finalização do curso, 35,9% dos inquiridos estavam empregados (com forte sucesso para AC e ENG) e 62,6% decorridos seis

---

<sup>16</sup> Subsistem posições diferenciadas sobre o conceito. Confronte-se, entre outros, os textos de Lefresne (2003), Arribas (2007) e Custódio (2011).

<sup>17</sup> Tendo em conta o passado recente em Portugal, é possível agrupar aquelas medidas em cinco categorias principais: os estágios profissionais (subsidiem a contratação e formação em contexto de trabalho, podendo o formando ser contratado ou não pela mesma entidade, no término do estágio); as medidas ocupacionais (subsidiem a colocação, por um período limitado, de trabalhadores desempregados em instituições do setor público ou em organizações sem fins lucrativos); o apoio à contratação (subsidiem a contratação de desempregados e trabalhadores pertencentes a grupos desfavorecidos por empresas do setor privado da economia); o apoio ao empreendedorismo (subsidiem a constituição de novas entidades de pequena dimensão que contratem trabalhadores por conta de outrem); o apoio à criação do próprio emprego (subsidiem a criação do próprio emprego por trabalhadores desempregados). Sobre estas medidas veja-se: Varejão e Dias (2012); Centeno, Centeno e Novo (2008); Sousa (2010). Consulte-se, igualmente, o *site* do IEFP: [www.iefp.pt](http://www.iefp.pt)

meses (sobressaem INF, ENG, IT, SP, AR e FPCE). Passado um ano, a quase totalidade encontrava-se empregada. O desemprego de longa duração (superior a 12 meses) atingia cerca de 12,0% (com valores expressivos para ASP e AR). Apesar do contexto socioeconómico recessivo que se desenvolvia no país no período em que os diplomados procuravam o seu primeiro emprego, verifica-se que uma parte deles não teve um elevado tempo de desemprego de inserção, embora existam diferenças entre as áreas de educação. A passagem entre o ensino e o primeiro emprego é determinada por fatores, que agem de modo interdependente, como: a natureza da dinâmica económica; a menor oferta de emprego em termos quantitativos e qualitativos pelos empregadores; a procura, por parte dos empregadores, de determinados conhecimentos e competências detidos pelos diplomados e disponibilizados pelo ensino superior; os modos de gestão da mão de obra e práticas de recrutamento e seleção que usam; o conhecimento sobre os cursos pelos empregadores e a sua valorização para o funcionamento das organizações; e, por último, o valor dos títulos académicos no mercado de trabalho. Por força das dinâmicas do mercado de trabalho, as áreas de educação são um fator explicativo do posicionamento dos diplomados nesse mercado. Por outro lado, a duração do tempo de desemprego condiciona fortemente o desenvolvimento da transição do ensino para o mercado de trabalho.

**Quadro 4 – Tempo de procura do primeiro emprego regular após a conclusão da licenciatura, por área de educação e em meses (%)**

	FPCE	AR	CE	INF	ENG	IT	AC	ASP	SA	SP	PA	Total
0 a 3	40,4	34,6	20,7	20,0	60,0	47,4	70,8	36,0	20,9	39,3	29,4	35,9
4 a 6	22,7	34,6	27,6	50,0	10,0	26,3	20,8	28,0	34,9	25,0	11,8	26,7
7 a 9	12,8	7,7	13,8	20,0	10,0	15,8	0,0	0,0	32,6	17,9	5,9	15,4
10 a 12	9,2	0,0	27,6	10,0	10,0	0,0	4,2	8,0	9,3	7,1	35,3	10,1
+ de 12	14,9	22,9	10,3	0,0	10,0	10,6	4,2	28	2,3	10,7	17,7	11,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	(141)	(26)	(29)	(10)	(10)	(19)	(24)	(25)	(86)	(28)	(17)	(415)

Cruzando os valores do Quadro acima pela variável género, conclui-se que, genericamente, as mulheres são mais discriminadas que os homens no acesso ao primeiro emprego. Ao fim de 6 meses, 78,2% dos homens estavam empregados, contra 58,0% das mulheres. Ao fim de 12 meses, aquele valor cresceu para 93,8% e 86,6% (homens e mulheres, respetivamente). O desemprego de longa duração masculino quedou-se pelos 6,2%, já o feminino pelos 13,4%. O acesso ao primeiro emprego das diplomadas é, por conseguinte, mais penalizante, porque mais longo. Outros estudos vão no mesmo sentido –

ODES (2001), Alves (2005; 2008), Gonçalves, coord. (2009), Casaca (2010), Sousa (2010), Alves (2007; 2009). Podemos considerar algumas pistas explicativas para a desigualdade de género<sup>18</sup>: os empregadores optam pelos homens, mantendo, assim, a tradição da presença maioritária masculina no respetivo setor de atividade, isto é, persistem as representações sobre as atividades adstritas a cada um dos géneros; uma possível proatividade dos homens na procura do primeiro emprego (24,8% destes iniciaram a procura ainda antes de terminarem a licenciatura, enquanto as mulheres ficaram pelos 19,0%), o que pode ser consequência de uma certa desvalorização por parte das mulheres nessa ação, provavelmente porque têm elevadas expectativas de acederem a um emprego no final do curso ou, então, decidem-se por um empenhamento mais forte na conclusão do curso, se possível com classificações finais mais elevadas.

## 2. Processos avaliativos

No ponto anterior fizemos uma breve caracterização do emprego atual dos diplomados do IPVC. Iremos agora debruçar-nos sobre a avaliação que aqueles fazem em relação a vários aspetos: grau de dificuldade do curso que frequentaram; trabalho pessoal realizado; condições de ensino; satisfação face ao emprego atual; expectativas.

Vejam os três primeiros. Os inquiridos apontam para que o grau de dificuldade do curso foi moderadamente alto (3,53) e que o seu trabalho pessoal, enquanto estudantes, foi relativamente elevado – a média de resposta é de 3,85. São os diplomados em ENG, seguidos dos de SA e de AC, os que percecionam um grau maior de dificuldade (apresentando valores acima da média global encontrada), contra os de AR, INF e SP, que apresentam as médias mais baixas. Entretanto, face ao trabalho individual dedicado ao curso, salientam-se FPCE, ENG e SA, com valores médios em torno dos 4,00. Em contrapartida, ASP e SP têm os valores mais baixos, isto é, avaliam o seu trabalho pessoal como tendo sido menor do que a média encontrada para o total de respondentes. Quanto às condições de ensino oferecidas pelo IPVC, na generalidade, a avaliação é bastante satisfatória, em particular para os que frequentaram SA, ENG e FPCE. Inversamente, AR e SP assumem uma posição mais crítica.

---

<sup>18</sup> Sobre esta questão veja-se Alves (2004).

**Quadro 5 – Avaliação do curso, do trabalho pessoal e das condições de ensino por área de educação**

		Avaliação da dificuldade do curso <sup>a)</sup>	Avaliação do trabalho pessoal <sup>b)</sup>	Condições de ensino <sup>c)</sup>
FPCE	Média	3,56	4,08	3,76
	D.P.	0,683	0,733	0,702
AR	Média	3,21	3,74	3,30
	D.P.	0,720	0,575	0,832
CE	Média	3,50	3,67	3,68
	D.P.	0,597	0,681	0,681
INF	Média	3,24	3,71	3,47
	D.P.	0,831	0,849	1,231
ENG	Média	3,88	4,06	3,94
	D.P.	0,697	0,748	0,659
IT	Média	3,59	3,76	3,86
	D.P.	0,682	0,636	0,833
AC	Média	3,65	3,81	3,63
	D.P.	0,590	0,627	0,715
ASP	Média	3,43	3,56	3,45
	D.P.	0,545	0,590	0,697
SA	Média	3,77	3,99	4,03
	D.P.	0,654	0,551	0,644
SP	Média	3,25	3,56	3,37
	D.P.	0,891	0,675	0,692
PA	Média	3,57	3,71	3,46
	D.P.	0,573	0,535	0,576
Total	Média	3,53	3,85	3,68
	D.P.	0,695	0,683	0,543

**Legenda:**

D. P. (desvio padrão); <sup>a)</sup> Escala de 1 = Muito baixo a 5 = Muito elevado; <sup>b)</sup> Escala de 1 = Mau a 5 = Muito bom; <sup>c)</sup> Escala de 1 = Nada satisfeito a 5 = Muito satisfeito.

Quanto à satisfação face ao emprego atual, e antes de apresentarmos propriamente os resultados encontrados, importa tecer algumas considerações. A satisfação no trabalho é uma das variáveis mais estudadas no campo da psicossociologia e do comportamento organizacional, ocupando um lugar central em vários estudos. Embora não exista uma definição unanimemente aceite sobre o conceito, a satisfação face ao trabalho é considerada um importante fator explicativo de um conjunto de atitudes e comportamentos dos indivíduos no seio das organizações (Mignonac, 2004; Spector, 1997; Brief, 1998), com consequências várias, designadamente ao nível do absentismo, da rotatividade e da produtividade (Clegg, 1983; McEvoy e Cascio, 1985).

Para alguns autores (Barbash, 1976), a satisfação é entendida como um processo que evolui em função das necessidades e das aspirações do indivíduo, bem como da realidade por ele vivenciada dentro da organização. Para outros, a satisfação no trabalho resulta de uma avaliação ou de um estado emocional (Locke, 1976; Brief, 1998), ou seja, é concebida em função da relação percebida entre o que a pessoa deseja e aquilo que ela obtém no seu trabalho. Numa tentativa de síntese dos diversos posicionamentos teóricos face à satisfação no trabalho, Alcobia (2001: 290), aponta duas grandes perspetivas sobre a satisfação: uma como um estado emocional, sentimentos ou respostas afetivas face ao trabalho; outra como uma atitude generalizada face ao trabalho. O autor não deixa de frisar que, em termos operacionais, a arrumação das plurais teorias existentes pode ser feita tendo em consideração uma leitura “unidimensional” (uma atitude face ao “trabalho em geral”) ou outra “multidimensional” em que a satisfação é composta por um conjunto de fatores passíveis de serem objeto de medição separadamente. Deste modo, a satisfação no trabalho deverá ser entendida como um construto dinâmico e multidimensional, que envolve uma complexa interação entre papéis, tarefas, responsabilidades, benefícios, recompensas e reconhecimento. De referir ainda que a satisfação pode ser intrínseca (simbólica ou qualitativa) ou extrínseca (instrumental ou material). Intrínseca quando a pessoa obtém satisfação e prazer com a realização do seu trabalho; extrínseca quando a satisfação deriva daquilo que a função que realiza lhe pode propiciar (*idem, ibidem*).<sup>19</sup>

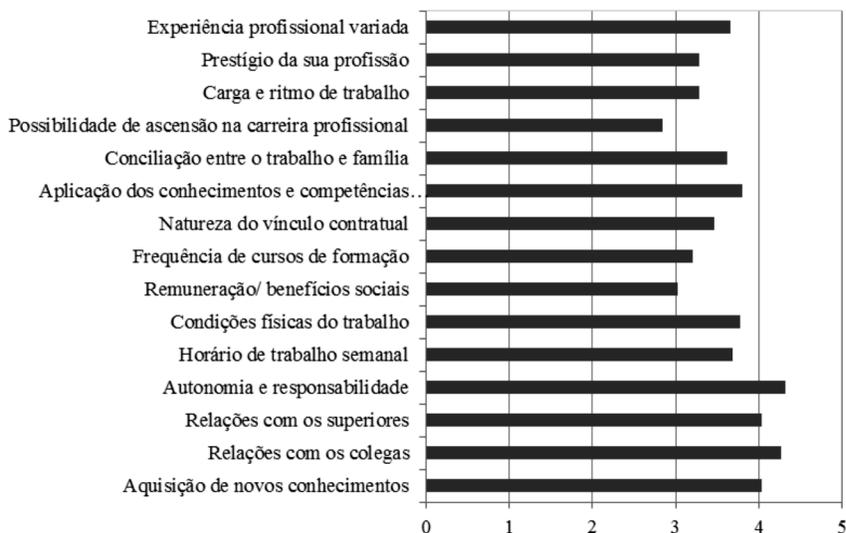
No caso do nosso estudo, e numa aceção unidimensional do conceito, podemos afirmar que, em termos globais, a satisfação dos inquiridos face ao emprego atual é satisfatória (3,38). Numa outra leitura, e com o objetivo de perceber quais os componentes mais valorizados, pedimos aos diplomados que se posicionassem em relação a 15 itens por nós selecionados<sup>20</sup>.

---

<sup>19</sup> Toda esta divisão é tributária, em parte, da teoria bifatorial de Herzberg, desenvolvida nos anos sessenta do século passado. Enquanto a satisfação dependia dos denominados “fatores motivadores” (relacionados diretamente com o conteúdo do trabalho), a insatisfação dependia dos denominados “fatores higiénicos” (contexto social de trabalho, condições de trabalho, remuneração e outros).

<sup>20</sup> Seleção que foi feita tendo por base outros estudos que, entre outros aspetos, focaram a satisfação no trabalho, a saber: Gonçalves e Menezes (2011), Gonçalves, Menezes e Martins (2010); Clark (1998); Blais (2005), entre outros.

**Gráfico 1 – Valorização dos diversos itens de satisfação no emprego atual (médias)**



Legenda:

Escala de 1 = Nada satisfeito a 5 = Muito satisfeito.

Os itens em que os respondentes encontram maiores níveis de satisfação relacionam-se com a autonomia e a responsabilidade no trabalho, o clima relacional e a possibilidade de adquirir novos conhecimentos, isto é, de aprender. Por sua vez, declaram valores de satisfação mais reduzidos nas categorias associadas à progressão na carreira e ao sistema de recompensas – o que não nos surpreende, atendendo às políticas em curso, que pugnam pelo congelamento da progressão de carreiras e de salários, designadamente ao nível da função pública (relembre-se que um segmento importante dos nossos inquiridos trabalha em organizações públicas/estatais, como é o caso, por exemplo, dos professores e dos enfermeiros).

Por último, abordamos as expectativas que os inquiridos tinham face ao seu futuro quando concluíram a sua licenciatura no IPVC, tendo presente os aspetos do emprego atual. Para a maioria foram parcialmente concretizadas (com especial relevo para AC, CE e SA). Mesmo assim, o valor dos que consideram que as expectativas não foram concretizadas não é de ignorar (IT, SA e AR são as áreas com os valores mais elevados). As opções feitas pelos inquiridos refletem as suas trajetórias no mercado de trabalho e, por isso mesmo, foram sendo reconfiguradas ao longo do tempo, expressando as posições que os diplomados foram tendo.

**Quadro 6 – Expetativas face ao futuro profissional (%)**

	FPCE	AR	CE	INF	ENG	IT	AC	ASP	SA	SP	PA	Total
Foram integralmente concretizadas	9,7	5,6	8,3	11,1	16,7	27,3	18,5	26,7	14,3	13,3	23,1	13,8
Foram parcialmente concretizadas	55,9	61,1	75,0	44,4	66,7	36,4	77,8	53,3	74,3	50,0	61,5	60,2
Não foram concretizadas	31,2	33,3	16,7	33,3	16,7	36,4	0,0	20,0	11,4	33,3	7,7	23,4
Não tinham expectativas	3,2	0,0	0,0	11,1	0,0	0,0	3,7	0,0	0,0	3,3	7,7	2,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
N	(163)	(36)	(55)	(17)	(16)	(29)	(50)	(41)	(90)	(49)	(26)	(572)

### 3. Tipos de avaliação

Considerando em conjunto as posições avaliativas dos diplomados face ao seu curso, à sua prestação como estudante do IPVC e ao seu emprego atual, optamos por fazer um outro exercício, desta feita tomando por base a constituição de agrupamentos<sup>21</sup>. Para isso, aplicamos a técnica de análise multivariável. Especificamente, optou-se pelo uso da análise fatorial de correspondências múltiplas e pela análise classificatória<sup>22</sup>. Deste modo, e muito sinteticamente<sup>23</sup>, é possível dar conta das associações ou correspondências entre as variáveis e agrupar os inquiridos em diversas classes (que correspondem, no nosso estudo, a tipos de trajetórias desde que apresentem significado sociológico)<sup>24</sup>. Atendendo ao nosso quadro teórico e aos objetivos que norteiam a investigação que fomos desenvolvendo, selecionamos um conjunto de variáveis agrupadas por dimensões de análise. No plano analítico distingue-se entre variáveis ativas e ilustrativas. As primeiras têm um estatuto principal no encadeamento que conduz à constituição das classes, na medida em que estabelecem quer as relações de semelhança entre as variáveis em si no seio das classes, quer porque, concomitantemente, possibilitam a diferenciação entre as classes propriamente ditas; já as segundas, as ilustrativas, e tal como a designação deixa entender, caracterizam,

<sup>21</sup> Abrangemos a totalidade dos inquiridos com exceção dos que, à data de aplicação do inquérito por questionário, ainda estavam à procura do seu primeiro emprego regular.

<sup>22</sup> Para o efeito, usou-se o programa informático *Logiciel d'Analyse des Donnés* (SPAD).

<sup>23</sup> Para um maior desenvolvimento, veja-se Veloso (2008).

<sup>24</sup> Estipulámos só considerar as variáveis que tivessem uma valor-teste absoluto igual ou superior a 2,0%. Acrescente-se que, no caso da análise classificatória, foi usado o critério de agregação de Ward.

de acordo com as dimensões em que se inserem, as classes. São um instrumento importante, em termos sociológicos, para uma análise mais qualificada e, sem dúvida, para a compreensão mais fundamentada das classes que se selecionam face aos princípios analíticos eleitos.

Foi possível delimitar seis agrupamentos, embora nem todas com significado sociológico face ao nosso quadro analítico<sup>25</sup>. Um primeiro que representa 65,0% dos inquiridos. Em termos do emprego atual, 15,5% são engenheiros, uma ampla parcela trabalha a tempo inteiro (76,9%), como trabalhador por conta de outrem (92,4%) e numa empresa privada (52,3%). 12,6% permanecem numa pequena empresa (1 a 5 trabalhadores), 31,2% usam bastante os conhecimentos que aprenderam durante a sua formação no IPVC, o que é um fator distintivo e que não deixa de se relacionar com o facto de 71,1% dos inquiridos são da opinião que as suas atividades profissionais só podem ser realizadas por outros que tenham o mesmo curso superior (neste caso uma licenciatura). 47,8% consideram-se razoavelmente satisfeitos e 32,3% satisfeitos. Quanto à avaliação do grau de dificuldade do curso que concluíram no IPVC, 55,4% consideram que foi elevado e 44,6% médio. Em parte em contraste com tais dados, 29,4% referem que o seu trabalho pessoal foi suficiente. Para uma proporção ampla (65,9%) as expectativas que tinham face ao seu futuro profissional quando terminaram o seu curso foram parcialmente concretizadas.

O segundo é constituído por 12,0% dos inquiridos. 30,0% exercem atualmente a profissão de enfermeiros. Preponderam determinados atributos: 35,6% trabalham em organização com mais de 500 trabalhadores (o que decorre do peso da principal profissão ligada à área da saúde); 57,6% não têm um vínculo laboral precário; 37,3% auferem um rendimento mensal líquido entre 1001 e 1300 euros; 32,2% estão muito satisfeitos com o emprego atual. Necessariamente, para 33,9% as expectativas face ao seu futuro profissional foram cumpridas. Quanto ao curso, a média final é elevada (15 valores) para 38,9% dos inquiridos. A totalidade destes encontra-se muito satisfeita com as condições de ensino e 76,3% avaliam como elevado o grau de dificuldade do curso. Em linha com estes dados, 35,6% percecionam como muito bom o seu trabalho pessoal.

No terceiro incluem-se 5,8% dos inquiridos. Mais de metade são professores (53,6%), 57,1% trabalham a tempo parcial, 14,3% têm um rendimento mensal igual ou inferior a 400 euros e a totalidade encontra-se nada satisfeita com o emprego atual. A par disto, a sua posição no mercado de trabalho tem sido marcada pela instabilidade e pela mobilidade. À data do inquérito, 35,7% procuravam novo emprego, 17,9% já estiveram três vezes desempregados, o que correspondeu para 21,4% a um período sem emprego de 10 a 12 meses e 78,6% teve mais de um emprego após a conclusão do curso no IPVC. 71,4% apontam para que as suas expectativas profissionais não tenham sido concretizadas.

---

<sup>25</sup> Dois deles registam dados sem pertinência sociológica, por isso não foram utilizados na nossa análise.

O último agrupamento reúne 7,0% dos diplomados. Abrange profissões menos qualificadas a trabalhar na área dos serviços pessoais, o caso dos empregados de agência de viagem (9,4%) e rececionistas com o mesmo valor. 28,1% usam pouco os conhecimentos adquiridos na formação ministrada no IPVC. Em suma, situações que traduzem a sobrequalificação académica. Têm uma posição negativa face ao curso e à instituição IPVC: 84,4% avaliam a dificuldade do seu curso como baixa, 28,1% encontram-se pouco satisfeitos com as condições de ensino e 34,4% consideram que o seu trabalho pessoal enquanto alunos foi medíocre.

## **Conclusão**

Em primeiro lugar, a área de educação em que os diplomados se licenciaram influencia quer a passagem do sistema de ensino para o mercado de trabalho, quer as posições que os diplomados vão ocupando neste, quer ainda a avaliação que fazem quanto ao grau de dificuldade do curso que frequentaram, o trabalho pessoal realizado, as condições de ensino e a sua situação laboral atual, entre outros aspetos. Por outras palavras, as áreas constituem uma variável influenciadora da transição do ensino para o mercado de trabalho. Em segundo, é observável a desigualdade de género no acesso ao primeiro emprego, mais penalizante para as mulheres, porque mais longo. Elas são também mais vulneráveis ao desemprego. Em terceiro, a precariedade contratual caracteriza a posição no mercado de trabalho para um vasto conjunto de diplomados – à data do inquérito (último trimestre de 2011), cerca de metade dos diplomados encontravam-se nessa situação, a maioria de FPCE. Tal dado é inerente à condição socioprofissional de professor em Portugal.

A maioria dos inquiridos considera que as suas funções só podem ser desempenhadas por alguém com um curso e uma área de educação idêntica à sua. Estes percecionam, num plano avaliativo, a relação entre o emprego que ocupam e a sua formação académica em termos de adequação. Outros diplomados, porém, consideram a possibilidade de indivíduos com outras formações académicas e com um nível académico inferior ao seu poderem desempenhar as suas funções, o que nos leva a considerar estarmos perante situações de sobrequalificação académica. Uma análise por área de educação mostra que INF e SP distinguem-se das demais.

Por fim, a apreciação que os diplomados fazem do seu atual emprego é satisfatória. Os itens em que encontramos níveis mais elevados de satisfação relacionam-se com a autonomia e a responsabilidade no trabalho, bem como com o clima relacional e a possibilidade de adquirir novos conhecimentos. Inversamente, mostram-se menos satisfeitos no que respeita à progressão na carreira e ao sistema de recompensas (em particular no caso dos professores e dos enfermeiros). Quanto ao grau de satisfação da formação obtida no

IPVC, a avaliação é bastante positiva (principalmente para os que frequentaram SA, ENG e FPCE; AR e SP, por oposição, assumem uma posição mais crítica).

Em suma, o nosso estudo permitiu-nos identificar e perceber alguns dos aspetos que caracterizam a passagem dos diplomados para o mercado de trabalho após o término da sua formação académica. Para uma ampla parcela dos nossos inquiridos aquela transição tem-se caracterizado como um processo de certo modo linear e sem grande complexidade. Para outros, porém, e ainda que num número limitado, tem sido mais difícil. Transição que não deixa de estar influenciada, embora assumindo expressões diferentes conforme a área de educação, pelo contexto de deterioração económica em que se encontra atualmente o país. De registar que, à data de aplicação do inquérito, a situação ocupacional dos diplomados do IPVC alinhava pelos padrões nacionais e regionais em termos de emprego e desemprego. Aspeto de nota e que nos impede de nomear os diplomados que foram objeto de inquirição como uma exceção.

### Referências bibliográficas

- ALCOBIA, Paulo (2001), “Atitudes e satisfação no trabalho”, in J. M. Ferreira *et al.*, *Manual de Psicossociologia das Organizações*, Lisboa, McGraw-Hill, pp. 281-306.
- ALMEIDA, José (2007), “Empregabilidade, contextos de trabalho e funcionamento do mercado de trabalho em Portugal”, in *Sísifo, Revista de Ciências da Educação*, 2, pp. 51-58.
- (2010), “Formação, mercado de trabalho e profissões: balanço de uma experiência na área das ciências empresariais”, in Ana Paula Marques e Mariana Gaio Alves (Org.), *Inserção profissional de graduados em Portugal: (re)configurações teóricas e empíricas*, Vila Nova de Famalicão, Edições Húmus, pp. 73-97.
- ALVES, Mariana G. (2004), “Os diplomados do ensino superior: diferenciação sexual nos processos de inserção profissional”, in *Sociologia – Revista da Faculdade de Letras*, XIV, pp. 227-250.
- (2007), *A inserção profissional de diplomados de ensino superior numa perspectiva educativa: o caso da Faculdade de Ciências e Tecnologia*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.
- (2009), “Ensino superior, trabalho e emprego na actual sociedade de risco. Um olhar sobre o caso dos mestres e doutores”, in *Sociologia – Problemas e Práticas*, 59, pp. 107-124.
- ALVES, Natália (2005), *Trajectórias Académicas e de Inserção Profissional dos Licenciados (1999-2003)*, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- (2008), *Juventudes e inserção profissional*, Lisboa, Educa.
- ARRIBAS, R. G. (2007), “La sobreeducación en España: estudio descriptivo y revisión crítica del concepto”, in *Papers*, 86, pp. 11-31.
- ARROTEIA, J.; MARTINS, A. (1998), *Inserção Profissional dos diplomados pela Universidade de Aveiro*, Aveiro, Universidade de Aveiro.

- BAPTISTA, M. Lurdes (2006), *Os jovens e o mercado de trabalho*, Lisboa, DGEEP.
- BARBASH, J. (1976), *Enquêtes sur les attitudes concernant la satisfaction au travail*, Paris, Organisation de Coopération et de Développement Économiques.
- BILLS, David (2004), *The Sociology of Education and Work*, Oxford, Blackwell.
- BLAIS, D. (2005), “Les déterminants de la satisfaction au travail et de l’intention de rester”, in *Cahier de recherche exploratoire du cours. Instruments de recherché en gestion de projet*, 2 (1), pp. 1-27.
- BRIEF, A. P. (1998), *Attitudes in and around organizations*, Thousand Oaks, Sage Publications.
- CASACA, Sara F. (2010), “As desigualdades de género em tempos de crise: um contributo para a reflexão sobre as implicações da vulnerabilidade laboral”, in *Sociedade e Trabalho*, 4, pp. 183-204.
- CENTENO, L.; CENTENO, M.; NOVO, A. (2008), “Evaluating job search programs for old and young individuals: heterogeneous impact on unemployment duration”, *Working Papers*, Lisboa, Banco de Portugal.
- CHAVES, Miguel (2010), *Confrontos com o trabalho entre jovens advogados: as novas configurações da inserção profissional*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.
- CLARK, A. E. (1998), “Measures of Job Satisfaction. What makes a good job? Evidence from OECD Countries”, in *OECD Labour Market and Social Policy Occasional Papers*, nº 34, OECD Publishing.
- CLEGG, C. W. (1983), “Psychology of Employee Lateness, Absence and Turnover: a methodological critique and an empirical study”, in *Journal of Applied psychology*, 68, pp. 88-101.
- COUPER, M. P.; MILLER, P. V. (2008), “Web survey methods: introduction”, in *Public Opinion Quarterly*, 72 (5), pp. 831-853.
- CUSTÓDIO, A. (2011), *Overeducation: evidence from Portugal*, Tese de Mestrado em Economia Portuguesa e Integração Internacional, Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa.
- ESCÁRIA, V. (coord.) (2008), *Percursos de inserção no mercado de trabalho dos diplomados do Ensino Superior*, Lisboa, DGEEP/MTSS.
- EURYDICE (2012), *Key data on education in Europe*, Brussels, European Union.
- GONÇALVES, Carlos M. (2009), “Desenvolvimento do estudo: notas teórico-metodológicas”, in Carlos M. Gonçalves (Coord.), *Licenciados, precariedade e família*, Porto, Estratégias Criativas, pp. 17-60.
- (2010), “Emprego dos licenciados universitários”, in Renato M. Carmo (Org.), *Desigualdades sociais 2010. Estudos e Indicadores*, Lisboa, Editora Mundos Sociais, pp. 181-189.
- GONÇALVES, Carlos M. (Coord.) (2009), *Licenciados, precariedade e família*, Porto, Estratégias Criativas.
- GONÇALVES, Carlos M.; MENEZES, Isabel (2011), *Transição para o trabalho dos diplomados do Porto em 2009*, Porto, Universidade do Porto.
- GONÇALVES, Carlos M.; MENEZES, Isabel; MARTINS, M. Clara (2010), *Transição para o trabalho dos licenciados da Universidade do Porto (2007-2008)*, Porto, Universidade do Porto.

- GONÇALVES, M. Manuela (2007), *Educação, Trabalho e Família: Trajectórias de diplomados universitários*, Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, Aveiro, Universidade de Aveiro.
- GROOT, W.; VAN DER BRINK, H. M. (2000), “Overeducation in the Labour Market: a Meta-Analysis”, in *Economics of Education Review*, 19 (2), pp. 149-158.
- LEFRESNE, F. (2003), *Les jeunes et l’emploi*, Repères, La Découverte.
- LOCKE, Edwin (1976), “The nature and causes of job satisfaction”, in M. D. Dunnette (Eds.), *Handbook of Industrial and Organizational Psychology*, Chicago, Rand McNally, pp. 1297-1349.
- MAGALHÃES, António (2004), *A Identidade do Ensino Superior: Política, Conhecimento e Educação numa Época de Transição*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- MARQUES, Ana Paula (2006), *Entre o diploma e o emprego. A inserção profissional de jovens engenheiros*, Porto, Edições Afrontamento.
- (2010), “Perspectivar a inserção profissional de graduados no contexto internacional”, in Ana Paula Marques e Mariana Alves, *Inserção profissional de graduados em Portugal*, Braga, Húmus, pp. 13-30.
- MCEVOY, G. M.; CASCIO, W. F. (1985), “Strategies for Reducing Employee Turnover: A Meta-Analysis”, in *Journal of Applied Psychology*, 70, pp. 342-353.
- MIGNONAC, K. (2004), “Que mesure-t-on réellement lorsque l’on invoque le concept de satisfaction au travail?”, in *Revue de Gestion des Ressources Humaines*, 53, pp. 80-93.
- ODES (2001), *1º Inquérito de percursos aos diplomados do ensino superior – 2001*, s/ local, documento policopiado.
- PACHECO, E. et al. (2012), *O desemprego dos diplomados da Universidade do Minho*, Braga, Universidade do Minho.
- ROMÃO, Ana (2004), *A inserção profissional dos jovens diplomados no Algarve*, Faro, FJ/DA.
- ROSE, José (1984), *Enquête de l’emploi*, Paris, *Económica*.
- (1998), *Les jeunes face à l’emploi*, Paris, Desclée de Brouwer.
- SAINSAULIEU, R. (1988), *L’identité au travail. Les effets culturels de l’organisation*, Paris, PFNSP.
- (2003), *Pourquoi j’irais travailler*, Paris, Eyrolles.
- SAÚDE, Sandra (2008), *Empregabilidade e percursos de inserção profissional: os diplomados no ensino superior politécnico*, Tese de Doutoramento em Sociologia, Algarve, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve.
- SOUSA, Luís (2010), *Diplomas e (Des)Emprego: um estudo de caso*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- SPECTOR, P. E. (1997), *Job Satisfaction: Application, Assessment, Causes and Consequences*, California, Sage.
- TEICHLER, U. (2001), “Mass higher education and the need for new responses”, in *Tertiary Education and Management*, 7, pp. 3-7.

- (2009), *Higher Education and the World of Work*, Rotterdam, Sense Publishers.
- VAREJÃO, J.; DIAS, M. C. (2012), *Estudo de avaliação das políticas ativas de emprego*, Porto, Faculdade de Economia da Universidade do Porto.
- VELOSO, Luísa (2008), *Aprendizagem e identificação: o espaço das empresas-estudo sociológico num grupo empresarial português*, Porto, Edições Afrontamento.
- VERNIÈRES, M. (Coord.) (1997), *L'insertion professionnelle*, Paris, Económica.
- VINCENS, J. (1997), “L'insertion professionnelle des jeunes: à la recherche d'une définition conventionnelle”, in *Formation et Emploi*, 60, pp. 21-36.
- (1998), “L'insertion professionnelle des jeunes: quelques réflexions théoriques”, in *Formation et Emploi*, 61, pp. 59-72.

Artigo recebido a 19 de março de 2013. Publicação aprovada a 17 de setembro de 2013.